

21 nov 2013 / 08:55

## Envia um email aos deputados da Comissão Parlamentar de Educação: expressa a tua opinião, expõe a tua situação...

### Da audição dos peticionários pela revogação da prova na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República (20/11/2013)

A delegação da FENPROF, coordenada pelo seu Secretário Geral, Mário Nogueira, foi recebida na Comissão Parlamentar, expondo as razões dos peticionários e apresentando testemunhos concretos de colegas visadas pela realização da prova que se somaram às centenas de certificados de habilitações e de resumos de trajectos profissionais já anteriormente entregues aos grupos parlamentares. Aproveitando o ensejo, a FENPROF confiou ao Sr. Presidente da Comissão *dossiers* com estes materiais - bem elucidativos do absurdo em marcha - e o pedido de os fazer chegar ao grupo parlamentar do PSD que, como é sabido, não encontrou disponibilidade para receber os peticionários desde o passado dia 5.

Para já, é evidente a colagem dos grupos parlamentares dos partidos do governo à pretensão do MEC em aplicar a prova. No entanto, **a força dos argumentos pela revogação da prova deve continuar a fazer-se ouvir, razão pela qual a FENPROF apela aos professores atingidos por mais este ataque do governo que enviem aos deputados, por email, as suas opiniões, exponham a sua situação em concreto e aduzam os seus argumentos nesse sentido.** Tal poderá ser feito a partir da aplicação disponível na página electrónica da Assembleia da República, seguindo as localizações que indicamos. Os professores e educadores portugueses não deixarão de ajuizar sobre o comportamento de cada deputado e cada grupo parlamentar.

É de salientar que a defesa da iniciativa do governo foi feita com base em argumentos laterais ao problema real que ele está a criar a dezenas de milhar de docentes, à profissão e, inevitavelmente, à Escola Pública: é o abespinhamento face à insubmissão dos que resistem contra as políticas do governo, é o recurso à falácia da promoção da qualidade por esta absurda via, é a desculpa de que um governo anterior já a tinha inscrito na lei, é a citação truncada do próprio programa do governo, é a assunção de uma postura de demissão face à actividade governativa, alegadamente, por estarmos perante matéria que foi objecto de negociação...

### Curtas notas tomadas das intervenções dos(as) senhores(as) deputados(as)



PSD – Deputada Maria José Castelo Branco

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4390>

O Estado tem obrigação de proporcionar aos alunos o melhor. Prova serviria, também, para harmonizar ofertas formativas para a docência. Governo está a implementar modelo criado em 2007. São medidas que têm como objectivo a máxima qualidade.



PS – Deputado Acácio Pinto

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4208>

O que o MEC pretende fazer é uma inutilidade. Discordância profunda quanto à forma como a prova está a ser implementada e desenvolvida. A Escola Pública pode carecer de tudo menos desta prova. Não há pareceres, estudos ou investigações que fundamentem a necessidade desta prova. O governo está a fazer tábua rasa dos normativos de 2010. PS irá opor-se à realização da prova.



CDS-PP – Deputado Michael Seufert

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4157>

Porventura, discordâncias acerca de questões concretas da aplicação da prova. CDS defende a avaliação. Governo queria isentar alguns professores da realização da prova mas os sindicatos não aceitaram essas isenções... Não se desfaz no Parlamento o que foi negociado com o Ministério. Exibir a cópia de notas de vinte euros [com o que a FENPROF lembrou a extorsão de dinheiro aos docentes visados pela prova] é um desrespeito pela Assembleia da República.



PCP – Deputada Paula Batista

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4430>

Total acordo com a posição exposta na petição. A prova é uma humilhação pública dos professores contratados. Ignora todo o ciclo de formação inicial e o percurso profissional dos visados. O PCP pediu a apreciação parlamentar do decreto que o governo fez para enquadrar a prova. Valorização das lutas dos professores contra estas políticas.



BE – Deputado Luís Fazenda

<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=263>

Trata-se de uma prova indigna. Retira qualquer credibilidade à formação profissionalizante, um tiro dado pelo governo no próprio sistema de formação. Os vinte euros são a "propina" da prova... BE acompanhará as apreciações parlamentares e proporá a cessação de vigência do diploma que enquadra a prova de acesso. Há o direito a dizer que esta prova não faz qualquer sentido. Deve haver um levantamento cívico contra o princípio do arbítrio que subjaz à prova. Governo pretende criar uma lista encapotada de selectividade para, depois, despedir.

**Envia os teus emails através das localizações que te indicamos. Tu podes contribuir para que os grupos parlamentares ainda possam convergir na decisão de suspender esta prova!**

**No dia 5 de dezembro: todos(as) à Assembleia da República! O Parlamento discute a prova, os deputados têm nas suas mãos a sua suspensão, os professores acompanham, *in loco*, o comportamento de cada grupo parlamentar.**